

# Da Morte de Cristo

## Artigo 1

Homer C. Hoeksema

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto<sup>1</sup>

Deus é não só supremamente misericordioso, mas também supremamente justo. E como Ele se revelou em sua Palavra, sua justiça exige que nossos pecados, cometidos contra sua infinita majestade, sejam punidos nesta vida e na futura, em corpo e alma. Não podemos escapar destas punições a menos que seja cumprida a justiça de Deus. (Cânones de Dort II.1)

Nesse artigo é lançado um princípio teológico fundamental que não pode ser ignorado ou negado quando falamos de quaisquer dos tratamentos de Deus com os homens, e especialmente com os homens pecadores. Na presente discussão os pais enfatizam particularmente que esse princípio não pode ser negado quando falamos dos tratamentos redentores de Deus. A razão é, sem dúvida, que Deus mesmo não ignora esse princípio, ou antes, que Deus nunca age contrariamente ao Seu próprio Ser. Além do mais, os pais aqui não lançam meramente um princípio fundamental, mas delineiam as conseqüências desse princípio até onde diz respeito o pecador. O princípio, positivamente falando, é: Deus é supremamente justo. As conseqüências são:

- 1) Nossos pecados cometidos contra Sua majestade infinita devem ser punidos com castigo temporal e eterno, tanto no corpo como na alma.
- 2) Pode-se escapar desse castigo apenas se for feita satisfação a essa justiça suprema de Deus.

Deve ser observado, em primeiro lugar, que os Cânones não falam ainda nesse artigo da morte de Cristo e da redenção dos homens por meio dela. Os pais estão lançando o fundamento para a doutrina Reformada da redenção. Esse fundamento não é meramente a misericórdia de Deus, mas Sua justiça infinitamente perfeita também. O método que os pais seguem é indubitavelmente correto. O fundamento determina o tamanho, a forma e a firmeza de toda a estrutura, sem dúvida. Mas historicamente a razão para esse método dos pais reside no fato que os Remonstrantes atacaram o próprio fundamento da verdade da redenção, e tentaram destruí-lo. Aparentemente, eles queriam remover uma das colunas do fundamento que está fixa na rocha do Ser divino, e queriam que a verdade da redenção descansasse somente em um pilar, aquele da misericórdia divina. O problema é que quando você remove uma pedra do fundamento, você não fica com um fundamento parcial, mas não resta

---

<sup>1</sup> E-mail para contato: [felipe@monergismo.com](mailto:felipe@monergismo.com). Traduzido em outubro/2008.

nenhum fundamento, seja qual for ele: o fundamento é um. Nossos pais Reformados, portanto, insistem sobre os fundamentos, sobre as pedras fundamentais, antes de erguerem a estrutura da verdade da redenção.

Em conexão estreita com isso, devemos observar, em segundo lugar, que os pais seguem um método que é com freqüência muito desprezado e condenado apenas em nossos dias, a saber, o *método teológico*. eles começam com a verdade com respeito a Deus mesmo. A pressuposição desse primeiro artigo é que você não pode dizer nada sobre a redenção, sem dizer algo sobre o Deus Redentor, e que o seu conceito do último determina o seu conceito do primeiro. Ou, para colocar isso em forma geral, toda doutrina é principalmente *teologia*, doutrina de Deus. Isso também teve sua razão histórica. Os próprios arminianos adotaram um certo ponto de partida teológico. Eles amam enfatizar o amor e a misericórdia de Deus, à exclusão de Sua justiça e retidão. Dessa forma, eles gostam de acusar os Reformados de ter um conceito duro e frio de Deus como um Deus inexoravelmente severo e justo, um Juiz que não conhece misericórdia. A essa acusação concernente ao seu Deus, os defensores da fé devem primeiro dar a resposta. Tanto Reformados como arminianos concordam que a Teologia de uma pessoa determina sua Cristologia, e que, por conseguinte, se eles discordam sobre Teologia, eles também estarão em divergência em sua Cristologia.

Os arminianos colocam um conflito em Deus entre Sua justiça e Sua misericórdia, um conflito no qual a misericórdia divina sai vitoriosa e sobrepuja a justiça divina. De acordo com Sua misericórdia, assim eles ensinam, Deus deseja a felicidade do pecador e não pode lhe causar sofrimento e miséria. Embora Sua justiça requeira que o pecador seja assolado com a maldição e morra, Deus não pode exercer Sua justiça sem fazer violência à Sua misericórdia. Por conseguinte, Sua misericórdia prevalece. Ele nega a Sua justiça, e sem a satisfação de Sua justiça, concede ao pecador perdão e vida eterna.

O erro fundamental nesse conceito reside no fato que ele nega a unidade e simplicidade de Deus, e nega a unidade essencial de Seus atributos. Ele coloca uma fissura em Deus. Ora, não devemos imaginar que os pais de Dordrecht vão ao extremo oposto e mantêm a justiça de Deus em preferência à Sua misericórdia. De forma alguma; mas eles mantêm tanto a justiça divina quanto a misericórdia divina; contudo, não em conflito irreconciliável um com o outro, mas em unidade essencial. Declarada brevemente, a justiça de Deus é aquele atributo de Sua bondade de acordo com o qual Ele se mantém como o único Deus bom e infinitamente perfeito, e de acordo com o qual, com referência às Suas criaturas morais, Ele recompensa o bem com bem e o mal com mal. A misericórdia de Deus é aquele atributo da bondade de Deus segundo o qual Ele é louvado como o Deus infinitamente bom, e segundo o qual, com referência às criaturas, Ele é a única fonte de toda bênção, e portanto livra as criaturas de toda miséria e enche-as de vida e alegria. Agora, como Deus é Um, assim Sua

misericórdia e Sua justiça são uma nele. Deus é Seus atributos. Sua misericórdia é Sua justiça, e Sua justiça é Sua misericórdia. Nunca há uma misericórdia em Deus que não seja justa, nem uma justiça que não seja essencialmente misericordiosa. Sua justiça, portanto, nunca funciona sem Sua misericórdia, e Sua misericórdia nunca opera à parte da Sua justiça. Não há conflito em Deus! Tal é a verdade fundamental desse artigo. E os pais queriam dizer: “Se você for falar sobre a misericórdia de Deus, tudo bem; mas quando fazê-lo, não esqueça e não negue aquela justiça divina infinitamente perfeita que caracteriza também a misericórdia divina.”

A conclusão, portanto, é a seguinte:

- 1) A justiça divina requer a punição do pecado, um requerimento que a misericórdia divina nunca pode ignorar.
- 2) A justiça divina requer a punição exata do pecado, isto é, uma punição que seja igual em medida ao pecado. Dessa forma, o pecado contra a majestade infinita de Deus requer punição infinita, isto é, não somente temporal, mas punição eterna, tanto no corpo como na alma.
- 3) A misericórdia divina não pode se dirigir ao pecador, exceto sobre a base do pagamento completo desse débito de pecado. A justiça de Deus deve ser satisfeita. Sobre nenhuma outra base o pecador pode sequer provar a misericórdia de Deus. Deus, que é realmente Deus, não pode negar a Si mesmo.

Esse é o ensino claro da Escritura em muitos lugares, embora os Cânones não forneçam referências bíblicas nesse artigo. Afinal, essa é a posição do Catecismo de Heidelberg também. E já no tempo do Grande Sínodo, foi considerado suficiente nos círculos Reformados citar o Catecismo como a norma da doutrina Reformada. Os arminianos também sabiam que essa era a instrução no Dia do Senhor IV, Pergunta e Resposta 11. Eles sabiam, também, que essa posição do Catecismo de Heidelberg era escriturística; e juntamente com seus companheiros nas Igrejas Reformadas, eles tinham aceitado essa posição do Catecismo de Heidelberg como bíblica. Mas agora eles iriam rejeitá-la. Dessa forma, os pais consideraram desnecessário citar a Escritura nesse relato, mas acharam apropriado simplesmente fazer menção desse princípio fundamental.

Esse é o fundamento da doutrina Bíblica e Reformada da redenção em Jesus Cristo.

**Fonte (original):** *The Voice of Our Fathers: An Exposition of the Canons of Dordrecht*, Homer Hoeksema, Reformed Free Publishing Association, p. 327-330.